



## A ACTUALIADE DO SINDICALISMO<sup>1</sup>

H. Nascimento Rodrigues\*

Foi-me proposto [pelo Forum Abel Varzim] o tema em epígrafe. Ele contém uma interrogação e pressupõe uma dúvida: será o sindicalismo dos nossos dias actual? O sindicalismo de hoje serve os trabalhadores e a sociedade?

É evidente que esta questão não pode ser escamoteada.

Ultrapassada a longa fase histórica que ficou conhecida como a dos "trinta gloriosos anos", o sindicalismo - até aí crescente de força, ganhador nas suas reivindicações, poderoso na modulação política, económica e social dos países - entrou em ciclo de fragilização. Perdeu, em termos globais, numerosos filiados, entrou numa deriva de pura defesa de direitos adquiridos, embateu nas profundas mudanças mundiais do tecido económico e financeiro e levou tempo a reajustar-se. Isto que digo, em termos sintéticos, aplica-se ao sindicalismo dos chamados países desenvolvidos, nomeadamente na Europa.

Em Portugal, aconteceu que a liberdade sindical, produto do 25 de Abril, quase se contextualizou com a primeira grande crise petrolífera dos idos de finais de 70. E como os nossos sindicatos atravessaram tempo até adquirir carta de alforria - recorde-se a lei da unicidade sindical - e ficaram envolvidos pelo clima tempestivo da democratização do País, deve reconhecer-se que, quer do ponto de vista do contexto nacional, quer à luz das mudanças internacionais, não foi nada fácil o "parto" do sindicalismo livre e democrático em Portugal. Isto deve ser-lhe creditado.

A verdade é, porém, que, entre nós, os tempos de crise política aguda foram ultrapassados, o FMI não regressou, o País progrediu economicamente, em solavancos, mas progrediu. Subsistem novas diferenças sociais, a pobreza ganhou faces diferentes mas não menos evidentes, os fenómenos da criminalidade sofisticada avolumaram-se, a corrupção alastrou, os valores escoaram-se - é verdade.

---

<sup>1</sup> "Jornal de Notícias", de 2002 Novembro, 21



É neste quadro que cabe perguntar: para que servem os sindicatos? São, ainda, agentes de democratização e justiça?

Como sempre, eles são instrumentos de justiça social. Não o conseguirão ser, porém, se não forem firmes nos seus princípios e nos seus valores. Portanto, a primeira questão é esta: não abdicar de princípios, não trocar valores por Euros. Um sindicato não é um mero negociante no mercado de trabalho - é um agente de defesa da dignidade do trabalhador como pessoa e um instrumento de coesão social e nacional.

Neste papel, o sindicato não pode ser acomodatício, tem de lutar. Mas a luta laboral há-de ser justa. Classicamente, a greve exercia-se contra a entidade patronal para lhe causar o prejuízo necessário a repor a justiça salarial e de outras condições de trabalho. Hoje, a mudança societária é de tal ordem que se verifica, frequentemente, que a greve não causa qualquer prejuízo à entidade patronal, mas, sim, aos cidadãos (greves nos transportes públicos, nos sectores públicos da saúde, da educação, das contribuições, etc.). Isto coloca a questão dos princípios e dos valores.

Os sindicatos de hoje não podem viver dentro de uma campânula. Pertencem à sociedade democrática. Tal como os partidos e outras instituições nucleares da democracia, têm de ganhar o respeito dos cidadãos em geral e não apenas os votos dos seus associados.

Cabe-lhes captar militantes, conquistar simpatizantes, alargar a esfera da sua acção muito para além das negociações colectivas salariais. Juntar-se a organizações de defesa dos direitos humanos, apoiar os emigrantes, cuidar dos jovens que entram para o mundo do trabalho, não esquecer os reformados, promover a igualdade de direitos - na defesa do bem comum. E não podem deixar-se capturar pelo universo partidário.

E renovar os seus quadros, formar novos dirigentes, reflectir e debater autonomamente as questões do nosso mundo e do nosso País, sem preconceitos e chavões, num espírito de humanismo e solidariedade.

Esse é o sindicalismo que precisa de ser hoje para permanecer amanhã.

*\*Provedor de Justiça*